

Retóricas da Comunicação - do jornalismo às telecerimônias

MÁRIO MESQUITA
(*Universidade de Coimbra, Portugal*)

Resumo

Análise do sentido e da pertinência da aplicação da Retórica no estudo de dois gêneros midiáticos: a informação jornalística e os eventos ou cerimônias televisivas.

Palavras-chave: jornalismo, retórica, eventos televisivos

Resumen

Análisis del sentido y de la pertinencia de la aplicación de la Retórica en el estudio de dos géneros midiáticos: la información de prensa y los eventos o ceremonias televisivas.

Palabras-clave: periodismo, retórica, eventos televisivos

Abstract

A study of the sense and the pertinence in the application of Rhetoric in the study of two media genders: news information and the television events or ceremony

Keywords: journalism, rhetoric, television events

(...) cette idée qu'il y a une sorte d'accord obstiné entre Aristote (d'où est sorti la rhétorique) et la culture dite de masse (...)
Roland Barthes, 1994:332)¹

A informação jornalística e o dispositivo das telecerimônias são formas de expressão que suscitam, por vezes, a invocação da retórica. Quer na linguagem corrente quer no âmbito de estudos especializados, a “retórica do jornalismo” é, frequentemente, referida. Os investigadores da mediatização das cerimônias públicas - área menos desenvolvida - também aludem, por vezes, a uma “retórica das cerimônias televisivas”.

O objetivo desta comunicação consiste em averiguar se esta referência à retórica representa apenas uma alusão situada ao nível do “senso comum”, ou se, efetivamente, possui sentido e pertinência, enquanto inspiração teórica de investigações sobre o jornalismo e as telecerimônias.

Noticiário jornalístico e cerimônias televisivas constituem - se me é permitida a expressão - “gêneros mediáticos” distintos. O que explica a sua escolha, enquanto objeto desta comunicação, é a circunstância de constituírem os meus “objetos” privilegiados de análise, enquanto professor e investigador.

Muitas vezes, os profissionais de jornalismo, tal como os políticos, os padres, os advogados ou os publicitários, fazem retórica sem saber. Tal como a oratória, o jornalismo, enquanto forma de expressão, possui duas vertentes: a de “arte”, que requer talento específico, e a de “técnica”, susceptível de ser ensinada. Os próprios compêndios, de inspiração norte-americana, ao transmitirem as rotinas da profissão, ensinam as artes e as técnicas da retórica sem disso, frequentemente, darem conta ou, sequer, cobrarem consciência.

Do lado da publicidade ou da comunicação de empresa surge, com maior frequência, a invocação da herança retórica², talvez por se tratar de formas de expressão explicitamente persuasivas, enquanto o jornalismo, pelo menos na área noticiosa, se legitima enquanto modo de comunicação não intencionalmente persuasivo.

Esta prática da retórica acompanha-se normalmente da respectiva negação. Como escreveu Tito Cardoso e Cunha, «o pavor da retórica é o que mais atormenta qualquer discurso político hoje em dia. Não há adjectivo

¹ Barthes, Roland, «L'ancienne rhétorique - Aide-mémoire», in *Communications*, 16 - *Recherches rhétoriques*, Paris, Seuil-Points, 1994, p. 332.

² Cf. Kurt Spang, *Fundamentos de Retórica Literaria e Publicitária* (3ª Edição), Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1991; A Canu, *Rhétorique et Communication*, Paris, Ed. d'Organisation, Paris, 1992.

mais avassalador para qualificar o discurso de um adversário do que esse. Ele reduz o discurso do outro a um florilégio discursivo inessencial e vazio³.

Na área da informação jornalística os motivos da recusa da retórica referem-se também a algumas das características específicas do jornalismo que tem por “função manifesta” informar e não persuadir ou convencer. A história dos media ensina-nos que o jornalismo emerge, enquanto “comunicação de massas”, ao longo do século XIX, ao mesmo tempo que a retórica sofria a contestação decisiva do positivismo, em nome da verdade científica, e do romantismo, em nome da originalidade e da liberdade criativa.

Ao contrário do que sucedia com o orador na retórica antiga, ou com os jornais de opinião dominantes nos séculos XVII e XVIII, o estilo jornalístico-informativo constrói-se a partir de uma “doutrina da objetividade”, que se baseia na idéia do repórter enquanto observador da realidade circundante. Essa noção de “jornalismo objetivo” vai implicar, entre outros aspectos, o anonimato ou, pelo menos, o apagamento do jornalista enquanto narrador. “O ‘eu’ do jornalista” - sustenta Teun Van Dick⁴ - “só pode estar presente como observador imparcial, como um mediador dos factos”.

As próprias “regras básicas” da informação - simplicidade, clareza e concisão, entre outras - são freqüentemente apresentadas como anti-retóricas, quando, afinal, constituem, com todo o rigor, uma “retórica da objetividade” - ou seja um conjunto de processos estilísticos destinados a produzir um “efeito de real”. Embora nesta matéria se possam assinalar diferenças entre as notícias e os artigos, entre jornais de referência e imprensa sensacionalista, entre a tradição de países de cultura anglo-americana e latina, a “ideologia jornalística dominante” - para recorrer à expressão de Van Dick⁵ - nega a natureza persuasiva da informação jornalística.

Se a “lei fundamental da retórica é que o orador - aquele que fala ou escreve para convencer - nunca está só, porque se exprime sempre *com* ou *contra* outros oradores, sempre em função de outros discursos⁶”, também na comunicação social - o jornal, o rádio ou a televisão - elaboram a sua estratégia em função do discurso dos outros atores do espaço público e a respectiva eficácia depende da capacidade de interpretá-los. Ainda neste ponto, retórica e jornalismo convergem, por não se limitarem a ser “apenas uma *arte* que visa produzir discursos, mas também uma *teoria* que visa compreendê-los⁷”.

³ Tito Cardoso e Cunha, “O pavor da retórica e as suas origens”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº21-22, p.25.

⁴ Teun Van Dick, *La Noticia como Discurso*, Barcelona, Paidós Comunicación, 1990, p. 113.

⁵ Teun Van Dick, op. cit., ibidem.

⁶ Olivier Reboul, *Introduction à la Rhétorique*, Paris, PUF, 1991, p. 8.

⁷ Olivier Reboul, op. cit., p.9.

Em países como a Alemanha ou a Espanha, alguns tratados retóricos oitocentistas contemplavam a “eloquência jornalística”, apresentada como um capítulo do “grande tronco” da oratória política. O estudo das formas de expressão jornalística cedo se autonomizou da oratória - em nome da especificidade da informação - mas o vínculo entre a retórica e o jornalismo permaneceu⁸.

As primeiras escolas de jornalismo européias, criadas no nosso século, após o declínio da Retórica no ensino, adotaram modelos norte-americanos, mas - como fazem notar Casasús e Ladevèze - “importamos um produto que os exportadores estrangeiros extraíram do nosso próprio patrimônio cultural”⁹. Se analisarmos os manuais de redação jornalística, tendo presentes as grandes fases na elaboração do discurso estudadas pela retórica clássica - invenção, disposição e elocução - seremos levados a admitir que os elementos da retórica antiga estão presentes, embora reformulados e simplificados, nos mais rudimentares conselhos para a redação jornalística.

A *invenção* configurava-se, na retórica clássica, “como um encontrar por meio da recordação” dos pensamentos aptos para o discurso que já “existem, no subconsciente ou na semi-consciência do orador”¹⁰. O questionário do jornalista, surgido em função da prática das agências noticiosas no final do século passado, apresenta-se, pelo contrário, como um guia para a investigação. Apesar disso, a regra dos “cinco W’s e um H”, de Roy W. Howard - em português: o quê, quem, onde, quando, porquê, como -, assemelha-se ao hexâmetro da retórica clássica¹¹.

Ao preparar o seu texto, o jornalista terá naturalmente presentes os meios de ordem afetiva e racional que deverão assegurar a respectiva eficácia. “O periódico de tipo elitista privilegia o *logos*, o de tipo popular privilegia o *pathos*” - escreve Hector Borrat - “mas mesmo no periódico elitista é possível distinguir nas vozes que compõem o seu discurso polifônico, várias combinações de *logos* e de *pathos*: os editoriais tendem a destacar o *logos*, enquanto se podem encontrar fortes desenvolvimentos do *pathos* nas colunas e artigos de temática geral e na área icónica. Quanto ao *ethos*, parece ser o requisito *sina qua non* de todos os jornais, mas é possível que seja o de tipo elitista que coloca mais empenho em exhibir esta prova”¹².

A *disposição* das notícias baseada no “lead” emergiu no jornalismo norte-americano do século XIX, sendo associada pelos historiadores da Imprensa aos constrangimentos próprios da comunicação telegráfica, na época da Guerra da Secessão, que determinavam a necessidade de sinteti-

⁸ Casasús, Josep Maria e Ladevèze, Luis Nunez, *Estilo y Generos Periodísticos*, Barcelona, Ariel, 1991, p.43.

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ Heinrich Laudsberg, *Elementos de Retórica Literária*, Lisboa, Gulbenkian, 1993 (Trad. de R.M. Rosado Fernandes, 4ª Edição), p.91.

¹¹ Sujeito, objeto, causa, modo, lugar e tempo.

¹² Hector Borrat, *El periódico, actor político*, Barcelona, Gustavo Gilli SA, 1989, p.108

zar os acontecimentos considerados principais no primeiro parágrafo da notícia.

“A transmissão telegráfica das notícias pode ter fornecido um modelo de como a escrita das notícias poderia ser mais breve e interpretativa (...) A forma lacônica das notícias pelo telégrafo pode ter-se alojado algures no inconsciente literário dos jornalistas e dos seus leitores”, escreve o historiador Michael Shudson, ao interpretar a evolução do relato das mensagens presidenciais ao Congresso (discurso do “estado da Nação”), ao longo da história dos EUA¹³.

A alteração da estrutura externa do texto jornalístico não surge como um fenómeno isolado e descontextualizado. Os relatos da mensagem do “state of the Union” apresentam as seguintes modificações de acordo com a análise de Schudson: o registro estenográfico da sessão (1790-1850); o relato cronológico e o comentário do ritual do Congresso (1850-1900); o aparecimento do “lead” e da reportagem interpretativa com ênfase crescente no conteúdo e implicações políticas da mensagem do Presidente (a partir de 1900).

Schudson associa a emergência do “lead” à própria evolução dos jornalistas enquanto “corporação”. De acordo com esta tese, a adoção do sistema do lead significaria que os jornalistas se consideravam aptos para determinam quais os elementos mais importantes da notícia, sintetizando-os logo no início do texto, em vez de se subordinarem à ordem cronológica, de algum modo ditada do exterior. Com o surgimento da nova convenção narrativa - a “pirâmide invertida” - os jornalistas assumem o estatuto de interpretes. A adoção do “lead” relaciona-se com o próprio sistema político, porque reflete e, simultaneamente, contribui para acentuar um grau mais elevado de personalização política, centrando a mensagem no Presidente.

Sem negar a especificidade do texto jornalístico, nem as circunstâncias históricas que determinaram as configurações, anotam-se algumas semelhanças entre a estrutura externa da notícia baseada na “pirâmide invertida” e certas formas que têm sido designadas por “paleojornalísticas” de disposição externa do texto, como sejam a chamada “narrativa homérica ou nestoriana”¹⁴.

Na fase da *elocução*, merece realce a importância dos tropos e das figuras de estilo na análise da comunicação social. É o caso da presença da metáfora no jornalismo, que se pode processar - como propõe Marc Lits¹⁵ - por duas vias: através da linguagem quotidiana e das relações ambíguas e complexas que se estabelecem entre jornalismo e literatura.

¹³ Michael Schudson, “A Política da Forma Narrativa: A Emergência de Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa, Vega, p. 290.

¹⁴ Casasús, Josep Maria e Ladevèze, Luis Nunez, op. cit., p.15.

¹⁵ Marc Lits, *Récit, Médias et Société*, Louvain-la-Neuve, Academia - Bruylant, 1996, p.71 e passim.

O “sistema conceptual” que nos permite pensar e agir no dia a dia é de natureza essencialmente metafórica, conforme postularam Lakoff e Johnson¹⁶, sendo, por isso, natural que as metáforas transitem da nossa comunicação quotidiana para a informação jornalística¹⁷. “Os *media* (...) não fazem mais do que renovar as metáforas da cultura circundante” - escreve Jean-Pierre Meunier. “A julgar pela impressionante produção de metáforas e pela recorrência de algumas delas em diversos sectores da informação, pode supor-se que eles geraram um sistema característico de representação metafórica - e sem dúvida também metonímica”¹⁸.

A metáfora de guerra que - na análise do mesmo autor - predomina na área do noticiário político, terá sido, também ela, transferida da linguagem do quotidiano. Assimilando os políticos aos combatentes ou os partidos aos exércitos, essas metáforas funcionam como “operador[es] da encenação”, tendo por “efeito reter do debate político apenas os aspectos que se prestam à narrativização”¹⁹. “O que conta na metáfora da guerra” - escreve Meunier - “não é tanto os problemas políticos a resolver, mas sobretudo o jogo entre as personagens e as suas acções, as suas vitórias, as suas derrotas, em resumo tudo o que comporta um aspecto espectacular capaz de prender a atenção e reter a respiração”²⁰.

É, por outro lado, compreensível que a influência do texto literário sobre o texto jornalístico tenha ajudado a impulsionar uma linguagem metafórica no domínio da informação, embora Marc Lits ressalve as diferenças entre a metáfora literária e a metáfora jornalística, sublinhando que “os jornalistas não apostam na transgressão da ordem do discurso mas num certo conformismo narrativo” que corresponderia, afinal, à circunstância de reproduzirem “um discurso socialmente integrado pela comunidade a que se dirigem”²¹.

Não será apenas a “retórica restrita” dos tropos e das figuras, essencialmente ligada aos estudos literários, que poderá inspirar estudos sobre o jornalismo. Igualmente “a nova retórica” da argumentação, fundada por Chaïm Perelman, nos anos 50, ajudará a interpretar o percurso do “articulista” de imprensa ou do participante em debates televisivos. Com Durkheim, podemos sustentar que “há domínios (as questões jurídicas, morais, políticas...) nos quais [o] raciocínio [baseado em provas experimentais] se revela inaplicável: as únicas conclusões atingíveis assentam no recurso à controvérsia e derivam apenas do verosímil”²².

¹⁶ George Lakoff e Mark Johnson, *Les métaphores dans la vie quotidienne*, Paris, Minuit, 1985.

¹⁷ Marc Lits, op. cit., p.73.

¹⁸ Jean-Pierre Meunier, “Metáforas do Jornalismo Político”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº21-22, Lisboa, Cosmos, 1995, p. 230.

¹⁹ Jean-Pierre Meunier, op. cit., p. 232.

²⁰ Jean-Pierre Meunier, op. cit., p. 233.

²¹ Marc Lits, op. cit., p.74.

²² *Apud*, Roger Bautier, *De la Rhétorique à la Communication*, Grenoble, PUG, 1994, pp.271.

À semelhança do historiador ou do jurista, o editorialista de imprensa recorre a argumentos prováveis, em domínios em que não é aplicável o saber fundamentado na observação. O debate e a controvérsia, mesmo tendo em conta as limitações e os constrangimentos inerentes à produção jornalística, são elementos estruturantes do “espaço público mediatizado”.

II

A fim de pensar os possíveis elos entre os modelos da retórica clássica e a comunicação social contemporânea é necessário ter em conta as modificações operadas a partir da chamada “fase industrial da imprensa”. Com a industrialização do jornalismo, a “situação retórica” do orador perante o auditório cedeu lugar aos mecanismos de produção do jornal. O orador individual foi substituído pelo coletivo da redação e o discurso oral e persuasivo pelo discurso escrito da informação. À proximidade sucedeu a distância.

No início do século, Gabriel Tarde identificou esta situação. “Não há palavra em latim ou em grego” - escreve Tarde - “que corresponda ao que entendemos por público. Há as que servem para designar o povo, a assembleia, os cidadãos armados ou não armados, o corpo eleitoral, todas as variedades de multidões. Mas qual o escritor da antiguidade que pensou em falar do seu público? Nenhum deles jamais conheceu senão o seu auditório (...)”²³.

Tarde fazia notar que os tratados de retórica clássica pressupõem que o auditório está reunido e ouve. Com a imprensa o problema consiste, desde logo, em chamar atenção dos potenciais leitores. Além disso, em vez de apresentar um conjunto de idéias seguindo uma certa ordem, o jornal acumula as temáticas e, porque dispõe de tempo, pode permitir-se a repetição²⁴.

Quando se iniciaram, nos anos 30 e 40, os estudos experimentais sobre a comunicação social, esta diferença entre o auditório e os públicos, a comunicação grupal e a comunicação massiva, ficou bem patente na discrepância de resultados existentes entre os estudos de psicologia experimental da “teoria da persuasão” e as investigações do sociólogo Paul Lazarsfeld e dos seus discípulos que fundaram a corrente dos “efeitos limitados”²⁵.

Os estudos inspirados pela teoria da persuasão baseavam-se em experiências efetuadas em “laboratório”, com pequenos grupos, sendo todos os participantes atingidos pela mensagem, enquanto os estudos sociológi-

²³ Gabriel Tarde, *A Opinião e as Massas*, S. Paulo, Livraria Martins Fontes, 1992, p.33.

²⁴ Apud, Roger Bautier, *De la Rhétorique à la Communication*, Grenoble, PUG, 1994, pp.270-71.

²⁵ Mauro Wolf, *Teorias da Comunicação* (4ª edição port.), Lisboa, Presença, 1994, p. 52 e *passim*.

cos abrangiam regiões inteiras, cujas populações não estavam expostas por igual às mensagens mediáticas. Entre outros fatores, a diferença de contexto contribuiria para explicar, segundo um estudo de Carl Hovland²⁶, as hipóteses sobre uma influência forte dos media e os “efeitos limitados” postulados pelas investigações de campo dos sociólogos.

A comunicação persuasiva passou definitivamente da era dos auditórios à fase dos públicos alargados e dispersos. O jornalismo veio “desterritorializar” o discurso que, no dispositivo retórico, surgia enraizado num determinado lugar. “Enquanto o discurso da eloquência está ligado ao sítio onde é enunciado, a notícia está inserida somente na rede em que circula” - escreve Maurice Mouillaud - “A oratória pressupõe uma duração prolongada, enquanto a informação tem como requisito fundamental a velocidade. A eloquência pertencia ao regime da argumentação, enquanto a informação é factual. A oratória visava ilustrar verdades partilhadas, enquanto a informação só vale pelos factos novos que transporta. A notícia - enquanto símbolo da circulação e da troca - libertou o discurso das suas ligações orgânicas, estilhou a retórica, fragmentando o discurso em unidades breves e móveis. Com efeito, a notícia é um texto livre que não tem enunciadores aparentes: nem assinatura, nem destinatário”²⁷.

A “situação retórica” - agora fala-se em “definição da situação comunicativa”²⁸ - modificou-se profundamente: “locutores múltiplos substituem-se ao orador” - sustenta René Bautier -, “públicos ao mesmo tempo especializados e mal identificados ao auditório clássico, mosaicos de informação aos discursos ordenados e fenómenos complexos à mera persuasão”²⁹.

A fim de aprofundar o conhecimento dos novos modelos do jornalismo seria necessário construir aquilo a que Bautier chama uma “retórica superior”, o que, em rigor, só veio, de algum modo, a suceder, na segunda metade do século XX, com o início das correntes de investigação sobre a comunicação. Nesse mesmo sentido, alguns autores - como os espanhóis Ladevèze e Casasús - referem-se a uma teoria do jornalismo que se poderia definir como o estudo “da retórica profissional dos meios de comunicação social, que engloba a produção, mediação e recepção, e os seus próprios critérios, métodos e teorias específicas”³⁰.

Apesar das distinções entre a situação do orador e do seu auditório e o modelo do jornal e os seus públicos, as análises de inspiração retórica contribuem para o estudo dos novos modos de comunicação pública e abrangem também os meios audiovisuais, em que a multiplicidade das

²⁶ *Apud* Mauro Wolf, op. cit., p.52. O artigo científico de Carl Hovland, publicado em 1959, intitulava-se “Como integrar os resultados contraditórios resultantes dos estudos experimentais e de campo sobre a mudança de atitudes”.

²⁷ Maurice Mouillaud e Jean-François Tétu, *Le Journal Quotidien*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1989, p.15.

²⁸ Mauro Wolf, op. cit., p.54.

²⁹ Roger Bautier, op. cit., p.277.

³⁰ Josep Maria Casasús e Luis Nunez Ladevèze, op. cit., p.63.

matérias de expressão envolvidas - imagens, ruídos, diálogos, palavras escrita (genéricos ou legendas) e música - confluem na elaboração de formas polifônicas, que requerem instrumentos adequados à respectiva construção e interpretação.

A partir dos anos sessenta, o interesse pela retórica renasceu, de uma forma dispersa, sob o impulso de disciplinas como a filosofia, a teoria da literatura e a semiologia, numa perspectiva essencialmente hermenêutica. Na introdução à sua tese de doutoramento, publicada em 1973, escreveu, a este propósito, Aníbal Pinto de Castro: "O alargamento do (...) campo de acção [da retórica] tem sido tal que a terminologia, os esquemas estruturais e sobretudo os preceitos de elocução por ela utilizados ao longo dos séculos se estendem hoje, após adequada modernização, a géneros muito diversos daqueles a que andava tradicionalmente ligada"³¹.

Por entre as novas correntes - além da teoria da argumentação e da retórica dos tropos e das figuras - emergiu também a análise icônica, sob o impulso de Roland Barthes, que publicou o célebre estudo «Retórica da Imagem», em 1964, na revista *Communications*³². Nesse trabalho, Barthes propôs a criação de uma retórica específica da imagem que permitisse, após um vasto inventário, localizar algumas das figuras descobertas pelos antigos e pelos clássicos.

Os estudos sobre a linguagem icônica encontraram um campo privilegiado no domínio da "imagem fixa" - talvez porque esta "se deixa auscultar melhor"³³ - em áreas que vão desde o cartaz à banda desenhada, desde a capa dos magazines até às campanhas de saúde pública. Não foi por acaso que certos ensaios pioneiros, como o de Barthes, escolheram objetos ligados à publicidade. Como sublinha Christian Metz, "(...) a imagem publicitária, que procura persuadir, mais do que convencer e que, portanto, argumenta constantemente, presta-se melhor do que qualquer outra a uma aproximação explicitamente figurativa"³⁴.

Metz foi, aliás, o principal impulsionador dos estudos semiológicos da imagem em movimento - muito especialmente, do cinema de ficção. "A retórica dos filmes - disse um dos seus continuadores - é como a prosa para o Sr. Jourdain: todos sentem os seus efeitos, mas muito poucos espectadores a identificam"³⁵. Contudo, por via de regra - conforme notava Christian Metz - no caso do cinema "confina-se ao estudo das figuras, isto é à *elocutio*", sendo "a grande vedeta a metáfora, cuja bibliografia é de uma dimensão que assusta as crianças e mesmo os que já são crescidos"³⁶.

Os ensaios de Metz encaram a dificuldade em adequar ao campo da imagem *tropos* que foram concebidos em função da expressão verbal. A

³¹ Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal - Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, p.3.

³² Roland Barthes, "Rhétorique de l'image", in *L'obvie et l'obtus*, Paris, Seuil, 1982, pp. 25-32.

³³ Christian Metz, "Paratexte", in *Vertigo* (Rhéthoriques de cinéma), p.7.

³⁴ Christian Metz, op. cit., ibidem.

³⁵ Jacques Gerstenkorn, *Feux de artifice*, in *Vertigo* (Rhéthoriques de cinéma), p.3.

³⁶ Christian Metz, op. cit., ibidem.

análise efetuada em *O Significante Imaginário* da seqüência inicial dos *Tempos Modernos*, de Chaplin, em que um rebanho de carneiros metaforiza a multidão apinhada numa entrada do metropolitano de Nova Iorque, demonstra excelentemente os problemas suscitados pela utilização das figuras retóricas no cinema³⁷.

São as “figuras largas” - como a repetição, a elipse, a alternância, a metáfora e a metonímia - que se adequam mais facilmente à análise de imagens. Os processos metafóricos e metonímicos - na seqüência das investigações lingüísticas de Jakobson - foram privilegiados na abordagem *metziana*, que nunca visou, como refere o autor, obter “decalques fiéis das figuras de linguagem num meio de expressão muito diferente”, procurando, antes, utilizá-las enquanto fontes de inspiração para interrogar determinados objetos icônicos e neles descobrir “novos perfis”³⁸.

Cinema e televisão distinguem-se no que se refere às instituições, à economia e aos públicos, mas pertencem a um mesmo sistema de linguagem, que possui as mesmas matérias e formas de expressão. Por isso mesmo, a análise da linguagem e do jornalismo televisivos foi, inicialmente, tributária dos estudos de semiologia e narratologia do cinema de ficção, que continuam, ainda hoje, a constituir a sua mais sólida referência teórica.

III

As telecerimônias constituem um “gênero televisivo” e um momento excepcional de comunicação política nas sociedades contemporâneas. Daniel Dayan e Elihu Katz postulam a existência de um relacionamento íntimo entre o cerimonial televisivo e os fundamentos da autoridade legitimada.

Max Weber teorizou, como é sabido, três formas de dominação legítima: a legal, a tradicional e a carismática. A dominação *legal* possui “caráter racional”, baseando-se na crença na legalidade e no direito a “dirigir “daqueles que são chamados a exercer a dominação por esses meio”». A dominação *tradicional* baseia-se “na crença quotidiana na santidade de tradições válidas para todos os tempos e na legitimidade daqueles que são chamados a exercer a autoridade por esses meios”. A dominação *carismática* baseia-se na “submissão extraordinária ao carácter sagrado, à virtude heróica ou ao valor exemplar de uma pessoa, ou ainda emanando de ordem reveladas ou emitidas por essa mesma pessoa”³⁹.

Dayan e Katz postulam que as cerimônias televisivas se integram em três categorias - Competições, Celebrações e Conquistas - que correspondem, respectivamente à dominação racional-legal, tradicional e carismática.

³⁷ Christian Metz, *Le Signifiant Imaginaire* (3ª Edição), Paris, Christian Bourgeois, 1993, pp.265 e *passim*.

³⁸ Christian Metz, “Paratexte”, in *Vertigo* (Rhétoriques de cinéma), pp.8-9.

³⁹ Max Weber, *Economia et sociedade / 1 - Les catégories de la sociologie* (trad. de Julien Freund et alii), Paris, Plon (Agora), 1995, p.289.

As Competições - por exemplo, os teledebates ou os jogos - referem-se a combates subordinados a regras e destinam-se a celebrar a natureza racional e legal do sistema.

As Celebrações - cerimônias de posse, casamentos reais, funerais de figuras públicas - constroem, através de atualização da memória histórica, pontes entre a autoridade tradicional e as formas contemporâneas de legitimação do poder.

As Conquistas marcam as ocasiões excepcionais - por exemplo, a diplomacia do gesto configurada nas visitas de Sadat a Israel ou de João Paulo II à Polônia - em que o modelo carismático irrompe na cena política, assinalando o recurso ao simbólico enquanto forma de superação das imperfeições e contradições do sistema racional-legal.

O universo da comunicação jornalística é geralmente caracterizado pela construção da notícia que, no caso da televisão, se concretiza essencialmente no espaço do telejornal, dominado pelos conflitos e pela negatividade. As telecerimônias, pelo contrário, apresentam-se como um tempo mediático de consenso e celebração.

A contraposição entre telecerimônia e telejornal permite caracterizar esse “gênero televisivo”. O telejornal constitui um momento de normalidade na programação televisiva e a telecerimônia um momento excepcional que interrompe a grade da programação em curso. O universo das telecerimônias corresponde a um mundo do “dever se”, enquanto o telejornal “representa” o mundo tal como existe⁴⁰.

O conceito de telecerimônia - tal como é apresentado por Dayan e Katz - não engloba as cerimônias rotineiras da “religião cívica” democrática que muitas vezes se efetuam perante a indiferença dos cidadãos. Pelo contrário, trata-se de “*interrupções* à rotina” que surgem “no fluxo normal das emissões e na nossa vida”. “Tal como as festas, que interrompem as rotinas diárias” - sublinham os investigadores - “os acontecimentos televisivos propõem algo de excepcional para se pensar, para testemunhar e para fazer (...) E, para mais, o acontecimento é *em directo*. Os acontecimentos são transmitidos à medida que ocorrem, em tempo real. São, além disso, imprevisíveis, pelo menos no sentido de que alguma coisa pode correr mal”⁴¹.

A telecerimônia não se integra no discurso da informação televisiva. Não se limita a verificar fatos ou a registar acontecimentos. Impõe-se como um “ato mediático”⁴² que se visa produzir determinados efeitos em nível da recepção, ligados à construção de consensos políticos, religiosos, cultu-

⁴⁰ Retomo aqui a breve análise comparativa que efetuei em “A cerimônia do esquecimento - os funerais de Hirohito”, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº14, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa, 1991.

⁴¹ Daniel Dayan e Elihu Katz, *Media Events - The Live Broadcasting of History*, Cambridge, Harvard university Press, 1992, p.55.

⁴² Abordei especificamente este aspecto em “O performativo cerimonial - da praça pública à televisão”, in *Revista de História das Ideias*, nº15 (“Ritos e Cerimônias”), Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1993, pp.599-633.

rais. Se a informação se apresenta, oficialmente, como uma reconstituição de fatos, a telecerimônia surge como uma “construção cultural”⁴³.

A televisão transplantou as cerimônias públicas para fora dos seus domínios dos seus territórios tradicionais. Os parlamentos, as praças públicas, os teatros e as igrejas foram progressivamente substituídos pelo pequeno ecrã. Quando estamos perante a transmissão televisiva de uma sessão de parlamento, de uma audiência em tribunal ou uma missa cantada, a telecerimônia desdobra-se em dois níveis: o orador e a multidão que o ouve e acompanha são a “matéria prima” de que a televisão se apropria para depois a reconfigurar. A multidão ao vivo tem por função ratificar a cerimônia originária junto do telespectador.

O estudo das telecerimônias envolve, não só a noção de auditório (neste caso, a assistência ao vivo), mas também a concepção contemporânea de públicos que se reconduz ao conjunto dos telespectadores. Katz e Dayan sublinham que é no papel dos media, enquanto terceira parte, no contrato entre o orador e o auditório que se “diferenciam com mais nitidez as telecerimônias das cerimônias públicas de antes da era da rádio e da televisão”⁴⁴.

A transmissão mediática - sublinham - “transformou os acontecimentos públicos, retórica e politicamente, ao acrescentar a voz e a tecnologia de um comentador, que é independente do organizador, mesmo se (como no caso de cerimoniais) ele é também o seu agente autorizado”⁴⁵. Ao orador da cerimônia clássica junta-se o narrador mediático da cerimônia pública contemporânea. O dispositivo icônico e sonoro da telecerimônia contempla, em simultâneo, o narrador fílmico, que se exprime através das imagens, e o narrador sonoro que recorre, por via de regra, aos sistemas da voz *over* e da voz *off*⁴⁶, funcionando como “instância de credibilização” da telecerimônia.

Permito-me citar alguns aspectos que tive oportunidade de analisar na reconfiguração televisiva de uma cerimônia religiosa: a missa cantada que precedeu o cortejo fúnebre de Francisco Sá-Carneiro⁴⁷, ex-Primeiro Ministro de Portugal. A Igreja de Santa Maria dos Jerônimos transforma-se

⁴³ Daniel Dayan, “Présentation du Pape en Voyageur”, in *Terrain*, nº15, Paris, Ministère de la Culture, 1990, p. 15.

⁴⁴ Daniel Dayan e Elihu Katz, *Media Events - The Live Broadcasting of History*, Cambridge, Harvard University Press, 1992, p.55.

⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁶ A voz *off* refere-se à voz de um narrador situado fora do quadro, mas presente no espaço contíguo (por exemplo, o celebrante quando não está visível na imagem), como sucede nos casos de “campo-contracampo”, enquanto a voz *over* se refere também um narrador invisível mas que se situa num espaço diverso daquele que está a ser apresentado no ecrã (por exemplo, o locutor no estúdio).

⁴⁷ A análise deste fragmento da missa nos Jerônimos foi extraída de um trabalho em preparação sobre as cerimônias públicas na televisão, que inclui o estudo da transmissão ao vivo do funeral de Francisco Sá Carneiro.

em estúdio de televisão, por via de uma espécie de desdobramento. De um lado, está o dispositivo⁴⁸ da missa com o seu *mediador* (o oficiante, o celebrante), o *lugar* (a igreja) e o *auditório*, constituído pela assembléia dos fiéis. Por outro lado, existe o dispositivo televisivo, que funciona no mesmo *local* e com o mesmo *auditório*, mas com o papel de *mediador* desempenhado, alternadamente, pela *voz-over* do jornalista ou pela *voz on* ou *off* do padre, quando este toma a palavra, designadamente durante a homília, e o jornalista se apaga e guarda silêncio.

O espaço fechado da Igreja, à semelhança de todos os auditórios e lugares de culto, foi concebido, sob o ponto de vista arquitetónico, como uma espécie de dispositivo de comunicação presencial e pré-mediático, com uma separação muito nítida entre os oficiantes e os assistentes à cerimônia. Os lugares destinados ao uso da palavra ou reservados ao canto estão bem demarcados: o altar, os púlpitos e o coro.

Os dois dispositivos - o religioso teatral e o mediático-televisivo - funcionam justapostos. Reconstruindo ao vivo o dispositivo originário, a televisão perturba a ordem e a hierarquia da cerimônia religiosa. Acrescenta - por vezes, sobrepõe - à mediação do celebrante a *voz over* do jornalista. A câmara dilui a fronteira entre os oficiantes e os participantes, transformando certos elementos da assistência - de acordo com a lógica da notoriedade e do poder - em personagens principais da narrativa televisiva.

O telespectador pode identificar-se com o olhar de uma câmara situada em lugar superior ao de todos os que assistem à missa nas naves da Igreja. Os atores civis da cerimônia estatal, que mais não deveriam ser do que participantes ou assistentes da cerimônia religiosa, transformam-se em personagens centrais da televisão, em função do recurso aos "planos aproximados".

Isso é particularmente evidente no momento da comunhão. Tal como explicam os antropólogos, o sacramento da Eucaristia não corresponde a um "rito de passagem", em sentido rigoroso, visto que não desencadeia uma mudança de estatuto como sucede no batismo ou no casamento. No entanto, pode "arrancar os indivíduos à vida e à hierarquia social do quotidiano, colocando-os durante breves instantes num contexto igualitário pelo menos aos olhos de Deus"⁴⁹.

⁴⁸ Recorremos ao conceito de "dispositivo" tal como ele foi formulado por François Doumazane em relação à televisão, mas alargando-o ao ritual da missa ao vivo. Na perspectiva de Doumazane entende-se por dispositivo "(...) O conjunto de elementos que estruturam a função de mediação no processo de comunicação televisiva", destacando-se três desses elementos: 1) o agente que desempenha a função de mediação entre o conteúdo da emissão e o público a que ela é destinada; b) o lugar no qual se opera essa mediação: 'interior', o estúdio e a sua decoração, ou 'exterior (...); c) e, por fim, a presença ou não de convidados e de representantes do público no âmbito da emissão". (François Doumazane, "La construction de l'information télévisée", in *Pratiques*, nº37, Março de 1983, p. 82).

⁴⁹ Douglas Davies, "Cristianismo", in Jean Holm et John Bowker (org.), *Ritos de Passagem*, Lisboa, Europa-América, 1994, p.63.

Na missa solene esse contexto igualitário é posto em causa, desde logo, pela articulação da liturgia religiosa e do protocolo de Estado. O cruzamento entre o eixo do poder religioso e o eixo do poder político é visível quando a câmara nos mostra, num plano fixo, o Cardeal Patriarca, deslocando-se, depois, através de uma panorâmica lateral, em direção ao Presidente da República. Por fim, após um “tempo morto”, ela liga, através de um *zoom*, a imagem das principais figuras da Igreja e do Estado ao altar onde a missa está a ser celebrada.

Durante a comunhão, é o percurso da câmara que procede à redistribuição dos papéis. É ela que escolhe, de entre os fiéis, aqueles que, pela sua relevância política ou social, merecem transformar-se em personagens da telecerimônia. A televisão acentua e reforça a desigualdade introduzida pelo protocolo. Mas, em simultâneo, substitui a rígida disciplina protocolar pela fluidez dos critérios televisivos e jornalísticos.

IV

A referência a uma retórica da televisão cerimonial surge com frequência ao longo dos trabalhos de Elihu Katz e Daniel Dayan. Por todos, cito o título e o subtítulo de um artigo científico: “O ritual e a retórica dos acontecimentos mediáticos”⁵⁰ e “O acontecimento enquanto texto: retóricas do consenso”⁵¹. Os autores de *Media Events* postulam que certo tipo de cerimônias, transmitidas ao vivo, partilham de uma retórica comum, cujos principais traços seriam: no plano *sintático*, a interrupção da programação habitual da televisão; no plano *semântico*, a celebração de um consenso; e, no plano *pragmático*, a criação de um dever de participar, transportando o espaço público ao domicílio.

Katz e Dayan não se referem propriamente aos recursos da retórica antiga, mas creio que é possível reler as investigações que efeturam sobre o processo telecerimonial de forma a enquadrá-lo nas principais componentes do projeto retórico. Na fase da *invenção*, as entidades organizadoras do ritual original - geralmente as instituições políticas ou religiosas - constroem o argumento da cerimônia, em íntima cooperação com os media. Entre a configuração tradicional e as necessidades da entidade retransmissora estabelece-se um diálogo, de tal modo que a cerimônia é configurada tendo em conta as exigências da linguagem televisiva.

A fase da *disposição* abrange a cerimônia originária, com as suas diversas “seqüências cerimoniais”, e a retransmissão televisiva que visa unificá-las. Os funerais de Francisco Sá Carneiro, por exemplo, podem ser

⁵⁰ Daniel Dayan e Elihu Katz, “Articulating consensus: the ritual and rhetoric of media events”, in Jeffrey C. Alexander (org.), *Durkheimian sociology: cultural studies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, p.161-186.

⁵¹ “The event as text: rhetorics of consensus”, Daniel Dayan e Elihu Katz, op. cit., p. 166.

subdivididos em três grandes “unidades cerimoniais distintas”⁵²: a missa cantada nos Jerônimos, o cortejo pelas ruas de Lisboa e a deposição da urna no cemitério do Alto de S. João. Mas a reconfiguração mediática da telecerimônia passou pela unificação dos diferentes locais envolvidos, a partir de pontos estratégicos onde estavam situadas as equipes de reportagem da RTP (Rádio Televisão Portuguesa)⁵³.

A televisão mobiliza todos os seus recursos técnicos e estilísticos, com vista a superar o caráter fragmentário da cerimônia ao vivo. A telecerimônia constrói-se “como uma mancha de óleo” que alastra desde as ruas, avenidas, praças, palácios, catedrais ou teatros, com a sua assistência ao vivo, até aos públicos da televisão que a recebem no respectivo domicílio.

Katz e Dayan descrevem uma espécie de cadeia na construção da telecerimônia que envolve o ritual original e os seus organizadores; o Estado ou a entidade organizadora; o público direto (ou seja, afinal, o auditório da “retórica clássica”); a adoção pela TV; o público telespectador; os canais de televisão estrangeiros e, por fim, o público telespectador estrangeiro.

Na fase da *elocução*, os enunciadores da telecerimônia utilizam os processos estilísticos próprios da linguagem fílmica. A hipérbole é talvez a principal figura a convocar⁵⁴. Ao nível da imagem e da linguagem falada, manifesta-se a tendência para enfatizar o evento cerimonial rotulado vezes sem conta de “histórico”, “irrepetível” e “inolvidável”.

“A tradição retórica” - escreve Kibédi Varga - “privilegia há séculos os textos escritos e negligencia em especial a *actio*, ou seja, a parte não-verbal por excelência da retórica antiga”⁵⁵. Ora, a representação dos atores cerimoniais é essencial para a construção da cerimônia televisiva, ao nível do orador presencial da cerimônia, dos atores principais, dos figurantes, do público ao vivo e do narrador oculto.

Esta componente do projeto retórico pode ser invocada, com inteira pertinência na análise da televisão cerimonial, quer ao nível da banda imagem quer no que se refere à banda sonora. Numa época em que os conselheiros de imagem invadem todos os domínios da comunicação, é dedicada particular atenção às regras para aparecer em público. A presença física, a linguagem gestual e o vestuário são relevantes em cerimônias em que o menor incidente protocolar pode revestir-se de importância decisiva.

⁵² Utilizamos aqui a mesma expressão a que recorreram, a propósito do casamento do Príncipe Carlos e Lady D, os investigadores Daniel Dayan e Elihu Katz, “Rituels publics à usage privé: métamorphose télévisée d'un mariage royal”, in *Annales - ESC*, Janeiro-Fevereiro de 1983 (38º Ano - nº1), p.15.

⁵³ O Mosteiro dos Jerônimos (no interior e no exterior da Igreja), a Praça do Marquês do Pombal, o cruzamento das Avenidas da República e Duque d'Ávila e o cemitério do Alto de S. João.

⁵⁴ “As cerimônias públicas passaram há muito para o lado da hipérbole”, referem Dayan e Katz, em *La Télévision Cérémonielle*, Paria, PUF, 1996, p. 25. Esta referência não consta do original em língua inglesa, o que se pode compreender, porque, mais do que uma tradução, estamos perante uma adaptação efetuada por um dos co-autores, Daniel Dayan.

⁵⁵ A. Kibédi Varga, *Discours, récit, image*, Liège-Bruxelles, Pierre Mardaga, 1989, p.93.

A *ação* cerimonial prolonga-se ao nível da linguagem sonora. O timbre da voz, a entoação, o débito do narrador constituem elementos relevantes. Não sendo a única, a “voz do narrador” é essencial para determinar as características das telecerimônias. Por via de regra, é uma voz que se esconde, como se pretendesse dissimular a sua própria presença: “A voz deve ser respeitosa, sussurrada, ao ponto de se transformar, por vezes em confidência murmurada” - sublinham Dayan e Katz. “Os enunciados devem ser simples, concisos, medidos, dotados de uma estrutura gramaticalmente simples, susceptíveis de ser interrompidos a qualquer altura. O narrador, geralmente invisível, não descreve, mas lubrifica o acesso ao acontecimento”⁵⁶.

Talvez faça sentido convocar igualmente a componente mais desprezada pela retórica clássica, a *memória* - não porque seja possível decorar ou recitar imagens televisivas - mas porque as telecerimônias são obrigadas a desenvolver e a integrar a sua própria *mnemotecnia*, a fim de relembra-rem os seus antecedentes históricos, sobretudo quando a cerimônia anterior do mesmo gênero se realizou décadas atrás e os telespectadores mais jovens se encontram perante algo de novo.

A telecerimônia visa ligar o exercício do poder ao passado, fazendo apelo à memória histórica ou, como diria Hobsbawm, à “radiação inventada”. O narrador cerimonial é obrigado a reconstituir, através da *voz over* ou com recurso ao arquivo fílmico, as cerimônias anteriores, a fim de retomar o fio interrompido da tradição dos casamentos reais, das investiduras de chefes de estado ou dos funerais dos dirigentes políticos.

A televisão reconfigura as cerimônias da época teatral. Apropria-se dos oradores. Eleva à categoria de personagens meros espectadores da cerimônia ao vivo. Transforma as multidões de outrora em figurantes do novo espetáculo e oferece-as à identificação de públicos muito vastos. “A mais vasta multidão que se viu foi a do Coliseu” - escreveu Tarde - “mesmo assim não excedia cem mil pessoas. As audiências de Péricles ou de Cícero, e mesmo a dos grandes pregadores da Idade Média, um Pedro, o Eremita, ou um S. Bernardo, eram certamente bem inferiores”⁵⁷.

A era dos públicos abriu novos caminhos. Tarde extasiava-se com “o poder da imprensa”, que qualificava, com palavras que nos parecem hoje muito ingênuas, de “prodigioso telefone que ampliou desmesuradamente a antiga audiência dos tribunais e dos pregadores”. A tipografia, a estrada de ferro e o telégrafo eram os inventos mágicos responsabilizados pelas modificações na comunicação.

As cerimônias televisivas pertencem à era marcada pela aliança entre as telecomunicações, a informática e o audiovisual. A multidão reunida no Coliseu ou as tiragens colossais dos jornais da “idade de ouro da imprensa”

⁵⁶ Daniel Dayan e Elihu Katz, «Rituels publics à usage privé: métamorphose télévisée d'un mariage royal», in *Annales ESC*, Janeiro-Fevereiro de 1983 (38º ano - nº1), pp.11-12.

⁵⁷ Gabriel Tarde, *A Opinião e as Massas*, S. Paulo, Livraria Martins Fontes, 1992, p.37.

representam números irrisórios perante os públicos atingidos pelas grandes cerimônias eletrônicas, cujas audiências se elevam a 500 milhões de pessoas a receber simultaneamente a mesma mensagem, no momento da sua emissão, o que não tem paralelo ao longo da história⁵⁸.

A manipulação simbólica através de cerimônias públicas não é de hoje. “Muito antes da publicidade televisiva” - escreve Kibédi Varga - “as cerimônias barrocas (...) faziam uma utilização consciente e sutil da mistura de efeitos visuais e verbais: basta pensar nas representações teatrais e nas paisagens da época que tinham sempre uma finalidade persuasiva...”⁵⁹. Mas, como é geralmente reconhecido, a tradição retórica, embora fosse especialmente atenta aos argumentos afetivos que reforçam o *ethos* do comunicador e visam o *pathos* do auditório, descurou a componente do projeto retórico que englobava o não-verbal.

A análise das telecerimônias, empreendida, ao longo de mais de quinze anos, pela equipe de sociólogos dirigida por Elihu Katz, com o uso de diferentes contribuições teóricas - desde a antropologia e a sociologia à semiologia da imagem - representa um trabalho transdisciplinar situado no âmbito das ciências da comunicação. Ainda que sem se referirem a um conceito rigoroso, Katz e Dayan convocaram a “retórica” a fim de descrever a “construção” das telecerimônias, sublinhando, desta forma, a natureza persuasiva da televisão cerimonial - mais vocacionada para seduzir e comover do que propriamente para instruir ou argumentar.

Após esta breve digressão pelos territórios, tão diferenciados, do jornalismo e das telecerimônias, afigura-se oportuno relembrar aquilo a que alguém chamou o paradoxo da retórica. A retórica antiga constitui nos nossos dias não só um objeto histórico, mas um monumento legado pela história. É necessário conceder-lhe atenção - como preconiza Christian Metz - “não para aplicá-la (nunca se aplica nada) mas porque ela ajuda a compreender melhor as coisas, porque foi, durante vinte séculos, um dos mais minuciosos empreendimentos da linguagem sobre si própria que a história nos ofereceu: uma formidável máquina simbólica”⁶⁰. No domínio do estudo dos media, o legado retórico é um inesgotável repositório de conceitos que nos ajudam a equacionar as questões da comunicação nas sociedades contemporâneas.

⁵⁸ Informação fornecida por Daniel Dayan e Elihu Katz, em *Media Events - The Live Broadcasting of History*, Cambridge, Harvard University Press, 1992, p.14 e passim.

⁵⁹ A. Kibédi Varga, op. cit, p.94.

⁶⁰ Christian Metz, *Le Signifiant Imaginaire* (3ª Edição), Paris, Christian Bourgeois, 1993, pp.267.

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland, "Rhétorique de l'image", in *L'obvie et l'obtus*, Paris, Seuil, 1982, pp. 25-32.
- _____. "L'ancienne rhétorique - Aide-mémoire", in *Communications*, 16 - *Recherches rhétoriques*, Paris, Seuil-Points, 1994, pp.254-333.
- BAUTIER, Roger, *De la rhétorique à la communication*, Grenoble, PUG, 1994.
- BORRAT, Hector, *El periódico, actor político*, Barcelona, Gustavo Gilli SA, 1989
- CANU, A., *Rhétorique et communication*, Paris, Ed. d'Organisation, Paris, 1992.
- CARDOSO E CUNHA, Tito, "O pavor da retórica e as suas origens", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº21-22, pp.25-33.
- CASASÚS, Josep Maria e LADEVÈZE, Luis Nunez, *Estilo y generos periodísticos*, Barcelona, Ariel, 1991.
- DAYAN, Daniel, "Présentation du Pape en Voyageur", in *Terrain*, nº15, Paris, Ministère de la Culture, 1990, pp. 13-28.
- DAYAN, Daniel e KATZ, Elihu, *Media events - the live broadcasting of history*, Cambridge, Harvard University Press, 1992.
- _____. *La télévision cérémonielle*, Paris, PUF, 1996.
- DAYAN, Daniel e KATZ, Elihu, "Articulating consensus: the ritual and rhetoric of media Events", in Jeffrey C. Alexander (org.), *Durkheimian sociology: cultural studies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, 161-186.
- _____. "Rituels publics à usage privée: métamorphose télévisée d'un mariage royal", in *Annales ESC*, Janeiro-Fevereiro de 1983 (38º ano - nº1), pp.3-20.
- _____. "Diplomatie Télévisée: Sadat à Jerusalem", em *Les Cahiers de la Communication*, vol.2, nº2, Paris, 1982, pp.83-104 (trad. portuguesa, "Sadat em Jerusalém", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº21-22, Lisboa, Cosmos, 1995, pp.275-292).
- DAVIES, Douglas, "Cristianismo", in Jean Holm et John Bowker (org.), *Ritos de passagem*, Lisboa, Europa-América, 1994, pp. 58-83.
- DOUMAZANE, François, "La construction de l'information télévisée", in *Pratiques*, nº37, março de 1983, pp.67-89.
- GERSTENKORN, Jacques, "Feux de artifice", in *Vertigo* (Rhétoriques de cinéma), pp.3-4.
- KATZ, Elihu, "Media events: the sense of occasion", *Studies in Visual Anthropology*, nº6, 1980, pp.84-89 (tradução portuguesa: "Os acontecimentos mediáticos: O sentido da ocasião", in Nelson Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega, 1993, p.52-60).
- LAKOFF, George e JOHNSON, Mark, *Les métaphores dans la vie quotidienne*, Paris, Minuit, 1985.
- LAUDSBERG, Heinrich, *Elementos de retórica literária* (4ª edição port.) Lisboa, Gulbenkian, 1993 (Trad. de R.M. Rosado Fernandes).

- LITS, Marc, *Récit, médias et société*, Louvain-la-Neuve, Academia - Bruylant, 1996.
- MESQUITA, Mário, "A cerimónia do esquecimento - os funerais de Hirohito", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº14, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa, 1991, pp.23-42.
- _____. "O performativo cerimonial - da praça pública à televisão", in *Revista de História das Ideias*, nº15 ("Ritos e Cerimónias"), Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1993, pp.599-633.
- _____. "Le temps cérémoniel à la télévision ou La nostalgie programée", in *Recherches en communication*, nº3, Louvain-la-Neuve, Département de Communication de l'Université Catholique de Louvain, 1995, pp.99-117.
- METZ, Christian, *Le signifiant imaginaire* (3ª Edição), Paris, Christian Bourgeois, 1993.
- _____. "Paratexte", in *Vertigo* (Rhétoriques de cinéma), pp.7-10.
- MEUNIER, Jean-Pierre, "Metáforas do jornalismo político", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº21-22, Lisboa, Cosmos, 1995, pp.223-235.
- MOUILLAUD, Maurice e TÊTU, Jean-François, *Le journal quotidien*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1989.
- PATILLON, Michel, *Éléments de rhétorique classique*, Paris, Nathan, 1990.
- PINTO DE CASTRO, Aníbal, *Retórica e teorização literária em Portugal - do humanismo ao neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973.
- REBOUL, Olivier, *Introduction à la rhétorique*, Paris, PUF, 1991.
- SPANG, Kurt, *Fundamentos de retórica literária e publicitária* (3ª Edição), Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1991.
- TARDE, Gabriel, *A opinião e as massas*, S. Paulo, Livraria Martins Fontes, 1992.
- VAN DICK, Teun, *La noticia como discurso*, Barcelona, Paidós Comunicació, 1990.
- VARGA, A. Kibédi, *Discours, récit, image*, Liège-Bruxelles, Pierre Mardaga, 1989, p.93.
- VÉRON, Eliséo, "Il est là, je le vois, il me parle", in *Communications*, nº38, Seuil, Paris, 1983, 98-120.
- WEBER, Max, *Économie et société / 1 - Les catégories de la sociologie* (trad. de Julien Freund et alii), Paris, Plon (Agora), 1995.
- WOLF, Mauro, *Teorias da comunicação* (4ª edição port.), Lisboa, Presença, 1994.

Os melhores títulos para a sua Biblioteca de Comunicação você encontra na Coleção GT's Intercom

1 *Gêneros Ficcionais, Produção e Cotidiano na Cultura de Massa* (1994). Sil via Helena Simões Borelli, org. Coletânea de membros do GT "Gêneros da Cultura de Massa" com reflexões sobre os mais variados gêneros da cultura de massa. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

2 *Transformações do Jornalismo Brasileiro: Ética e Técnica* (1994). José Marques de Melo, org. Textos de membros do GT "Jornalismo" abordam o processo de mutação radical vivido pelo jornalismo como profissão: **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

3 *Trajatória e Questões Contemporâneas da Publicidade Brasileira* (1995). J.B. Pinho, org. Trabalhos de membros do GT "Propaganda" abordam o desenvolvimento histórico e discutem questões atuais da publicidade brasileira. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

4 *Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação* (1995). César Ricardo Siqueira Boloño, org. Artigos de membros do GT "Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação" promovem análises teóricas ligadas à Economia da Comunicação e da Cultura. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

5 *Comunicação e Culturas Populares* (1995). Cicília Maria Krohling Peruzzo, org. Contém trabalhos de membros do GT "Cultura e Comunicação", que alertam para a existência de práticas, manifestações culturais e de novas linhas de pesquisa que extrapolam os contornos teóricos hoje predominantes. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

6 *A Televisão e as Políticas Regionais de Comunicação.* (1997). Sérgio Mattos, org. Uma seleção de textos dos membros do GT "Televisão" interligados pela legislação, regionalização, produção e, principalmente, pela imagem e influência da TV no Brasil e nos demais países do Mercosul. **Preço por exemplar: R\$ 10,00**

7 *As Histórias em Quadrinhos no Brasil: teoria e prática.* Flávio Mário de Alcântara Calazans, org. 1997. 176p. Seleção de textos do GT "Humor e Quadrinhos", dos núcleos temáticos: Memória (com depoimentos de autores), Produção alternativa - Underground, Ciência e Tecnologia e um levantamento bibliográfico comentado de obras em 5 idiomas sobre HQ; línguas contemporâneas e reflexões sobre o futuro dos Quadrinhos nas redes de computadores. **Preço por exemplar: R\$ 14,00.**

Preencha já o cupom de pedido que se encontra no final da revista e envie acompanhado de cheque nominal para:

Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, nº 443 - Bloco "A" - Sala 01 - CEP 05508-900 - São Paulo - SP